

ASPECTOS GERAIS

- Regra geral: todo fato { típico
ilícito
por agente culpável }
é punível.
Mas o Estado deve fazê-lo conforme a lei e no prazo legal.
- Hipóteses de extinção da punibilidade são listadas no art. 107 do CP.

HIPÓTESES

1. Morte do agente (Intranscendência da pena)
2. { Anistia,
graça ou
indulto }
3. Retroatividade de lei que não considera mais o fato como criminoso (Abolitio criminis)
4. Prescrição, decadência ou perempção
5. Renúncia do direito de queixa ou perdão aceito, nos crimes de ação privada
6. Retratação do agente nos casos em que a lei admite (Ex.: calúnia e difamação)
7. Perdão judicial, nos casos previstos em lei

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

ANISTIA, GRAÇA OU INDULTO

- Anistia → exclui o próprio crime.
- O Estado determina que as condutas praticadas (atos consumados) não sejam consideradas crimes.
- Concedida pelo Poder Legislativo.
- Pode ser concedida a qualquer tempo. (Inclusive após sentença transitada em julgado)
- Anistia { Própria → Concedida antes da condenação
Imprópria → Concedida após a condenação }
- Faz cessar os efeitos penais da condenação.
- Anistia { Comum → Crime comum
Especial → Crime político }
- Anistia { Restrita → Exige qualidade específica
Irrestrita → A todos os agentes }
- Graça e indulto → extinguem a punibilidade em relação a { um indivíduo (Graça)
um grupo (Indulto) }
- Concedidas pelo Presidente da República
- Não extinguem o fato criminoso
- Podem ser parciais

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

PEREMPÇÃO

- É a extinção da ação penal privada pelo "desleixo" da vítima.
(Casos em que só se procede mediante queixa)

HIPÓTESES

- O querelante deixar de promover o andamento do processo por **30 dias** seguidos.
- Falecendo/tornando-se incapaz o querelante, não comparecer em juízo em **60 dias** quem couber fazê-lo.
- Querelante deixar de:
 - Comparecer, sem motivo justificado, a ato do processo
 - Formular pedido de condenação nas alegações finais
- Querelante pessoa jurídica se extinguir sem deixar sucessores.

DECADÊNCIA

- Ocorre quando:
 - A vítima não ajuíza a ação penal dentro do **prazo** (Crimes de ação privada) ou
 - A vítima não oferece a representação dentro do **prazo** (Crimes de ação pública condicionada à representação)
- **Prazo = 6 meses** da data em que a vítima passa a saber quem foi o autor.

ASPECTOS GERAIS

= Perda do poder de **exercer** um direito em razão da **inércia** de seu titular.

↪ No Direito Penal = Perda do poder de:

- **Aplicar** pena ao infrator ou
- **Executar** pena imposta ao condenado em razão do decurso de tempo.

PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

A PRESCRIÇÃO COMEÇA A CORRER:

- Regra geral: momento da consumação.
- Casos especiais
 - Tentativa: dia em que cessar a atividade criminosa.
 - Crimes permanentes: dia em que cessar a permanência.
 - Crimes de bigamia e falsificação e alteração de assentamento do Registro Civil: dia em que o fato se tornou conhecido.
 - Crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes: data em que a vítima completar 18 anos.
(Salvo se já houver sido proposta a ação penal)

extinção da punibilidade
= PRESCRIÇÃO =

PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

- O Estado ainda **não** aplicou, em caráter definitivo, sanção penal ao agente.
- O **prazo** prescricional é definido com base na **pena máxima** estabelecida em abstrato à conduta criminosa.

Pena máxima cominada	Prazo prescricional
> 12 anos	20 anos
8 a 12 anos	16 anos
4 a 8 anos	12 anos
2 a 4 anos	8 anos
1 a 2 anos	4 anos
< 1 ano	3 anos

↪ Aplicam-se os **mesmos prazos** para penas:

- { Restritivas de direitos
- { Privativas de liberdade


PRAZOS PARA A PENAL DE MULTA

- **2 anos** → se a pena for só de multa.
- **Mesmo prazo** da pena privativa de liberdade → se alternativa ou cumulativamente cominada/aplicada

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE = PRESCRIÇÃO =

PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA (= Superveniente)

PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA INTERCORRENTE

- Ocorre **após a condenação**, quando há trânsito em julgado para a **acusação**. (Mas não para a defesa)
 Não tem mais como a defesa ser prejudicada.
- O prazo prescricional passa a ser calculado conforme a **pena aplicada** (Não mais conforme a pena máxima abstrata)
- O prazo **não** pode ter **marco inicial** anterior à data da queixa ou denúncia.

PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA RETROATIVA

- Ocorre **após a condenação**, quando há trânsito em julgado para a **acusação** e conclui-se naquele momento que houve prescrição entre a data da queixa ou denúncia e a sentença condenatória.
- O prazo prescricional é calculado conforme a **pena aplicada**. (Não mais conforme a pena máxima abstrata)

⚠️ CUIDADO! ATENÇÃO!

Não há mais prescrição retroativa tendo como **marco inicial** data **anterior** ao recebimento da **denúncia** ou **queixa**. (Desde a Lei 12.234/10)

PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA

- Perda** do poder de **executar** pena imposta ao condenado em razão do decurso do tempo.
- Calculada conforme a **pena aplicada**:

Pena aplicada	Prazo prescricional
> 12 anos	20 anos
8 a 12 anos	16 anos
4 a 8 anos	12 anos
2 a 4 anos	8 anos
1 a 2 anos	4 anos
< 1 ano	3 anos

Aumentado de 1/3 se o condenado é reincidente.

A PRESCRIÇÃO COMEÇA A CORRER:

- Do dia em que há **trânsito em julgado** da:
 - Sentença condenatória (para acusação)
 - Sentença que revoga suspensão condicional da pena ou livramento condicional.
- Do dia em que se **interrompe** a execução.
 (Salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena)

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

= PRESCRIÇÃO =

HIPÓTESES DE INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO

1. Recebimento da { queixa ou denúncia
 2. Pronúncia
 3. Decisão confirmatória da pronúncia
 4. Publicação de { sentença ou acórdão } recoráveis.
 5. Início ou continuação do cumprimento da pena
 6. Reincidência
- Só se aplicam à prescrição da pretensão executória
- Após interrompido, o prazo **volta a correr do zero** (Salvo caso 5)
 - **Casos 1 a 4:** ocorrendo a interrupção em relação a um dos **autores** do crime, ela se **estenderá** aos demais.

CAUSAS IMPEDITIVAS DA PRESCRIÇÃO

- Antes de passar em julgado a sentença final, a **prescrição não corre**:
 1. Enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que **dependa o reconhecimento** da existência do **crime**.
 2. Enquanto o agente **cumpe pena no exterior**. (Lei 13.964/2019)
 3. Na pendência de: (Lei 13.964/2019)
 - Embargos de declaração ou
 - Recursos
 → Aos tribunais superiores, quando **inadmissíveis**
 4. Enquanto não cumprido ou rescindido o acordo de **não persecução** penal. (Lei 13.964/2019)
- Depois de passar em julgado a sentença final, a **prescrição não corre** durante o tempo em que o condenado está **preso por outro motivo**.
- O prazo fica suspenso.
 - Resolvida a questão, o prazo volta a correr de onde estava. (Não se reinicia)